

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

Servidor: MOIZES ALEXANDRE DE FREITAS

CPF: 037.522.244-87 - **Matrícula:** 1220160

Tipo de Ato: APOSENTADORIA - **Processo:** 275000417/2012

Cargo: Médico - Classe Especial - Padrão V

Número do Ato: 004718-2

Data de Ingresso no TCDF: 03/05/2016 **Prazo:** 5 ano(s), 8 mês(es) e 25 dia(s).

Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES)

Senhor Diretor,

1. Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de concessão de aposentadoria voluntária de Moizes Alexandre de Freitas, matrícula nº 1220160, no cargo de Médico, de acordo com o ato publicado no DODF de 10/01/2013.

A - Histórico

2. Na análise de sua alçada, o controle interno opinou pela legalidade da concessão, com a seguinte observação:

“Observação: Na aba "Dados da Concessão" não foi incluído o ato de retificação de fl. 223, publicado no DODF de 30/09/2014, que alterou a data da vigência da aposentadoria para 17/04/2012.”

3. O interessado acumula os proventos da aposentadoria em análise com proventos de Reforma de Militar das Forças Armadas, com vigência a contar de 30/06/2007, da qual não havia registros no SIRAC-Concessões.

4. Para a concessão da aposentadoria no cargo de médico da SES/DF foram utilizados acréscimos decorrentes da ponderação do tempo trabalhado em condições especiais:

a) acréscimo de 990 dias relativos à ponderação do tempo trabalhado em condições especiais, sob o regime celetista, contagem acolhida por esta Corte de Contas tendo como precedentes os Processos nºs 189/04, 1297/94, 2389/92, 3393/92;

b) acréscimo de 3.184 dias, referente à ponderação do tempo trabalhado em condições especiais no regime estatutário, com base na Decisão 6.611/2010 e certificado pelo IPREV/DF.

5. Sem o acréscimo da ponderação do tempo trabalhado em condições especiais durante o período estatutário, com base na Decisão 6.611/2010, o interessado não

alcançava os requisitos mínimos para aposentadoria, uma vez que, com sua exclusão, o servidor totalizava 11.649 dias (31 anos 11 meses e 04 dias).

6. Na Ação Declaratória nº 2012.01.1.092183-2, já com trânsito em julgado, que tramitou na Sexta Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, o interessado pediu e conseguiu judicialmente o direito à aposentadoria especial do servidor público prevista no §4º do artigo 40 da Constituição, com vigência a contar de 17/04/2012. Conforme se observa nos trechos da sentença transcritos a seguir:

“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO para condenar o requerido a conceder a aposentadoria especial ao autor, com efeitos retroativos a 17 de abril de 2012.”

7. Na segunda instância, o julgamento da Apelação/Reexame Necessário (20120110921832APO), na Terceira Turma Cível do TJDF, não rediscutiu o mérito, a discussão girou em torno de honorários advocatícios (Acórdão nº 800271):

“EMENTA

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. DECLARATÓRIA. APOSENTADORIA ESPECIAL. MÉDICO. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. INADMISSIBILIDADE.

1. *Nas causas em que não houver condenação, os honorários advocatícios são fixados segundo os critérios elencados no artigo 20, §4º do Código de Processo Civil.*
2. *Revela-se inadmissível a fixação de verba sucumbencial em valor irrisório, sob pena de se aviltar o trabalho do causídico.*
3. *Recurso conhecido e improvido.”*

8. Em cumprimento à sentença judicial, a jurisdicionada publicou, no DODF de 30/09/2014, ato de retificação que apenas alterou a data de vigência da aposentadoria para 17/04/2012. Sendo assim, manteve-se, a fundamentação legal da concessão, conforme publicada no DODF de 10/01/2013.

B - Cumprimento de diligência

9. Por meio da Decisão nº 4308/2020, o egrégio Plenário determinou que a jurisdicionada adotasse providências saneadoras:

Decisão nº 4308/2020

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Ação Declaratória nº 2012.01.1.092183-2, na qual fora reconhecido o direito do servidor Moizes Alexandre de Freitas, Matrícula nº 1220160, à aposentadoria especial prevista no §4º do artigo 40 da Constituição Federal, na redação dada pela EC nº

20/1998 e pela EC nº 47/2005; II – determinar à SES/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: 1) esclareça os motivos pelos quais concedeu ao servidor Moizes Alexandre de Freitas, Matrícula nº 122016-0, aposentadoria com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, haja vista que, em princípio, o interessado faria jus à aposentadoria especial de que trata o art. 40, §4º, da Constituição Federal (Processo/TJDFT nº 2012.01.1.092183-2); 2) colha parecer conclusivo da sua Comissão Permanente de Acumulação de Cargos (CPAC) sobre a licitude da acumulação, pelo interessado, do Cargo de Médico da SES/DF e do Posto/Graduação das Forças Armadas; 3) notifique o servidor, para que: a) se for necessário, auxilie a própria jurisdição no cumprimento dos subitens anteriores; b) se for o caso, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, apresente defesa a esta Corte com vistas a: i) comprovar a regularidade da acumulação aludida no subitem II.2, acima; ii) manter sua aposentadoria com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, em vez de art. 40, §4º, da Constituição Federal, conforme decisão judicial (Processo TJDFT nº 2012.01.1.092183-2), o que poderia implicar mudança na fixação inicial dos proventos (pela média aritmética) e na forma de reajuste (sem o instituto da paridade com os ativos); 3) cadastre, na Aba "Dados da Concessão" do SIRAC, a acumulação aludida no subitem "II.2"; 4) junte, na Aba "Anexos e Observações": a) os documentos que comprovam o cumprimento dos subitens "II.1", "II.2" e "II.3", notadamente o parecer conclusivo da CPAC; b) cópia das principais peças que instruíram o processo físico de aposentadoria do servidor, em especial o seu requerimento; III – autorizar: 1) o encaminhamento do relatório/voto do Relator ao interessado e à SES/DF, para subsidiar o atendimento dos itens anteriores; 2) a devolução do feito em exame à Sefipe, para a adoção das providências de praxe."

10. O prazo para cumprimento das determinações constantes da decisão acima transcrita fora prorrogado por meio das Decisões nºs 149/2021 e 1516/2021. Após o término da dilação de prazo concedida nessa última decisão, a jurisdição, por meio do Ofício Nº 7408/2021 - SES/GAB (e-doc 28557A53-c, peça 30), encaminhou ao TCDF informações a respeito do cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 4308/2020.

B.1 - Legalidade da acumulação de proventos

11. Conforme consta no ofício mencionado no parágrafo anterior, o servidor aposentado, Moisés Alexandre de Freitas, ingressara na SES/DF em 01/11/1983, como Médico-Ginecologia e Obstetrícia e, no Ministério da Defesa-Força Aérea Brasileira, em 03/03/1969, como Técnico em Raio-X. Consta ainda que a legalidade da acumulação de cargos havia sido analisada no Processo nº 0061-005817/1990, e, de início fora considerada ilícita, em 1995. Após ser instado a optar por um dos cargos, o servidor optou pela reserva remunerada no vínculo militar, o que não resolvia o problema da ilicitude da acumulação. Mas, como no processo constavam diversos questionamentos judiciais feitos por servidores em situação semelhante, uns com decisões jurídicas que autorizavam a acumulação de cargo civil com cargo militar e outras que proibiam, a SES/DF, arquivou a análise da

acumulação de cargos do servidor Moizes Alexandre de Freitas sem um parecer conclusivo acerca de sua licitude. Contudo, após sucessivas mudanças na Constituição Federal, a questão restou solucionada com a promulgação da Emenda Constitucional nº 77/2014, que sepultou qualquer questionamento sobre eventual impossibilidade de acumulação de cargos por militares pertencentes às Forças Armadas Brasileiras, desde que, preenchidos os requisitos do art. 37, inciso XVI. Atualmente, a acumulação do servidor é considerada lícita, tendo-se em conta que se trata de dois cargos privativos da área de saúde, com profissões regulamentadas, apesar de não ser possível afirmar se houve compatibilidade de horários, dada a impossibilidade de se analisar as folhas de frequência, uma vez que o servidor fora para a reserva da Força Aérea Brasileira em 1995.

12. Na aba “Anexos e Observações” do ato SIRAC-Concessões, fora anexado o Despacho - SES/SUGEP/COAP/DIAP/GEAP/NUAAC (arquivo “Parecer de Acumulação dos Cargos”), do Núcleo de Análise de Acumulação de Cargos - NUAAC, com informações semelhantes às que constam no Ofício Nº 7408/2021 - SES/GAB (e-doc 28557A53-c, peça 30).

13. Para demonstrar cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 4308/2020, a jurisdicionada providenciou o registro da acumulação de proventos tratada no presente ato, nas abas “Dados da Concessão” e “Acumulação de Cargos” e juntou documentos na aba “Anexos e Observações”, além do parecer já mencionado no parágrafo anterior. Vejamos:

1) e-mail de Notificação - no qual se notificou o interessado para que comparecesse em 10 dias, na Gerência de Aposentadorias e Pensões da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para tratar de assunto relacionado a sua aposentadoria;

2) Requerimento - documento datado de 26/03/2012, no qual o interessado requereu sua aposentadoria com base no artigo 3º da EC nº 47/2005;

3) cópia do processo de aposentadoria concedida ao interessado pela SES/DF (partes I e II);

4) Declaração AER - documento emitido pelo Comando da Aeronáutica, assinada em 20/04/2021, na qual se declarou que o Sr. Moizés Alexandre de Freitas ingressara na Força Aérea Brasileira em 03/03/1969, fora transferido para a Reserva Remunerada em 23/08/1995 e reformado em 27/02/2008, no posto de Suboficial;

5) Declaração Funcional - documento emitido em 30/04/1994, pelo Núcleo de Hospital de Força Aérea de Brasília, no qual se declarou que o interessado era Militar da Força Aérea Brasileira, no posto de Suboficial, na especialidade Básico-Enfermagem, e exercia a atividade de Técnico em Raio X, cumprindo jornada de trabalho de segunda a sexta-feira de 12:00 às 17:00hs.

14. De acordo com os documentos apresentados pela jurisdicionada, os proventos que o

interessado percebe de forma acumulada são decorrentes do exercício de dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissão regulamentada.

15. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 77/2014, que alterou a redação dos incisos II, III e VIII do §3º do art. 142 da Constituição Federal, fora estendida aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c" (que permite a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas).

CRFB de 1988 (redação dada pela EC nº77/2014)

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(...)

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

(...)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

(...)

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

(...)

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c"; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

16. Em sendo assim, a acumulação dos proventos em discussão no presente ato, aposentadoria no cargo de Médico da SES/DF e Reforma como Militar da Força Aérea Brasileira, no posto de Suboficial, na especialidade Básico-Enfermagem, Técnico em Raio X, encontra-se regular, porque esses proventos têm origem no exercício de cargos privativos de profissionais da saúde, com profissão regulamentada.

17. Quanto à compatibilidade horária, conforme preconizado pelo item III da Decisão TCDF nº 6.069/2017, adotada no Processo nº 34.894/2015-e, em princípio, deveria ser comprovada sua existência nos últimos cinco anos em que o servidor esteve em exercício no cargo de Médico da SES/DF. Considerando-se a data de publicação do ato concessório, a compatibilidade horária exigida seria ente 09/01/2008 a 09/01/2013. No entanto, como o interessado fora transferido para a reserva em 1995 (s.m.j.), não há necessidade de se comprovar compatibilidade horária.

B.2 - Manutenção da aposentadoria na forma da concessão original

18. Com relação ao item II.1 da Decisão nº 4308/2020 (no qual fora determinado que a jurisdicionada *esclarecesse porque concedeu ao servidor Moizes Alexandre de Freitas, aposentadoria com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/05, se a sentença judicial prolatada no Processo/TJDFT n.º 2012.01.1.092183-2 havia reconhecido que ele fazia jus à aposentadoria especial de que trata o art. 40, §4º, da Constituição Federal*), na aba “Anexos e Observações”, a jurisdicionada esclareceu que embora tenha entrado na justiça com a intenção de obter à aposentadoria especial de que trata o art. 40 §4º, da Constituição Federal, durante a tramitação do processo judicial, e antes do resultado definitivo, o servidor cumprira os requisitos para a aposentadoria prevista no artigo 3º da EC nº 47/2005.

19. Notificado para que, se fosse, o caso apresentasse defesa para comprovar a legalidade da acumulação de proventos e manter sua aposentadoria com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/05, o servidor apresentou a Defesa vista no e-doc 270DB4BF-e (peça nº 15), acompanhada dos e-doc's 9AB0FB87-e e 2DAD3A83-e (peças 14 e 16).

20. Conforme consta, nos documentos mencionados no parágrafo anterior, o servidor Moizes Alexandre de Freitas requereu aposentadoria fundamentada no artigo 3º da EC nº 47/2005, por meio de requerimento protocolizado em 17/04/2012 e ajuizou a ação judicial nº 2012.01.1.092183-2, em 19/06/2012, com objetivo de lhe ser declarado o direito à Aposentadoria Especial, prevista no artigo 40, §4º da Constituição Federal.

21. Em sua defesa, o interessado argumentou ajuizara ação judicial citada no parágrafo anterior, porque sua aposentadoria fora concedida com 10/01/2013, com tempo de contribuição acrescido da ponderação de tempo de serviço em condições especiais; mas, no curso do processo administrativo de aposentadoria, temeu não poder contar com a ponderação do tempo de contribuição posterior a 11/12/1990.

22. Destacou o interessado que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento do Tema 942, restando definida a possibilidade de o tempo de serviço em

condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público, exercido no período estatutário, até a edição da Emenda Constitucional nº. 103/2019, ser convertido em tempo comum, mediante a aplicação das normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei nº 8.213/1991.

23. Como a ponderação do tempo trabalhado em condições especiais no regime celetista lhe garante o direito a se aposentar na forma requerida (aposentadoria fundamentada no art. 3º da EC 47/2005), argumentou que não deve ser prejudicado pelo fato de ter obtido êxito na ação judicial, devendo prevalecer o direito à concessão do melhor benefício a que faz jus.

24. Ao final da defesa, o interessado requereu a manutenção da aposentadoria na forma como originalmente concedida, por se o melhor benefício a que faz jus.

25. A justificativa da jurisdicionada e a argumentação do defendente são no sentido de que o interessado faz jus à aposentadoria especial do servidor público prevista no §4º do artigo 40 da Constituição e à aposentadoria prevista no artigo 3º da EC nº 47/2005. E, nessas condições deveria prevalecer a que lhe for mais benéfica.

26. Às páginas 82/83 do arquivo eletrônico “PROCESSO DE APOSENTADORIA II”, juntado à aba “Anexos e Observações” do SIRAC, consta “Declaração de Tempo de Serviço Especial”, na qual se demonstra a ponderação (multiplicação por 1.4) do tempo trabalhado em condições especiais de 17/08/1990 a 11/07/2012, resultando em acréscimo de 3.184 dias, devidamente homologada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF.

27. Nesta Corte de Contas, a possibilidade de contagem ponderada de tempo especial trabalhado no regime estatutário, está sendo discutida no Processo TCDF nº 1196/2021, que trata de consulta formulada pela CLDF acerca das regras de aposentadoria por exercício de atividades insalubres ou prejudiciais à saúde aplicáveis aos servidores públicos distritais, considerando a inconstitucionalidade parcial da Decisão nº 6.611/2010, a Súmula Vinculante nº 33, o advento da EC nº 103/2019 e o julgamento do RE 1.014.286 (Tema 942 de Repercussão Geral).

28. Em sua última manifestação nos autos do Processo nº 1196/2021 (e-doc 26B4E605-e , peça 38 daqueles autos), no item IV, de suas sugestões, esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE, pronunciou-se do seguinte modo:

“IV. esclarecer ao consulente e orientar os órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal que:

IV.a. conforme definido pelo STF no Tema 942 de Repercussão Geral (RE 1.014.286):

IV.a.1. “até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em

tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do §4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria”;

IV.a.2. “após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, §4º-C, da Constituição da República”;

IV.b. para a situação de que trata o item "II.a.1" retro, o direito à conversão em comum do tempo prestado até a EC 103/19 exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público (condição especial abordada no outrora vigente inciso III do §4º do art. 40 da CRFB), que não se confundem com as demais condições especiais, deve observar os seguintes critérios, enquanto não sobrevier lei complementar federal disciplinadora da matéria:

IV.b.1. o tempo especial insalubre devidamente reconhecido pelo regime de origem pode ser utilizado para fins de aposentadoria especial ou para conversão em tempo de serviço/contribuição comum, nos termos do §5º do art. 57 da Lei n° 8.213/91, com base nos índices de ponderação de 1,2 para mulheres e 1,4 para homens, definidos no art. 70 do Decreto n° 3.048/99;

IV.b.2. ocorrendo a conversão do tempo especial em tempo comum, as possibilidades de aposentadorias com a utilização desse tempo são as das regras em vigor no momento da aposentadoria, não se mostrando viáveis as aposentadorias e as revisões de proventos fundadas em regras já revogadas;

IV.b.3. é possível a concessão do abono de permanência, ainda que no preenchimento dos requisitos para a concessão de aposentadoria especial, sob pena de contrariar sua "ratio essendi", que é, precisamente, provocar menos aposentadorias e, com isso, dar mais folga orçamentária à previdência pública. Da mesma forma, o tempo especial convertido em tempo comum pode ensejar a revisão do benefício, em consonância com as regras aplicáveis às aposentadorias comuns e aos respectivos abonos de permanência;

IV.b.4. conforme artigo 22 da ON n° 16/2013, da SRH/MPOG, podem ser contados como tempo especial os afastamentos em virtude de: férias; acidente de serviço ou doença profissional; aposentadoria por acidente de serviço ou moléstia profissional; maternidade; paternidade; adoção; doação de sangue; alistamento eleitoral; convocação para júri e eleição; casamento; e luto;

IV.c. permanecem em vigor as alíneas “a”, “b”, “f”, “g”, “h”, “l”, “m”, “n”, “o” e “p” do item III da Decisão nº 6.611/2010, em especial quanto à competência exclusiva do IPREV/DF para a expedição das certidões de tempo de atividades especiais de que tratam os autos (item “III.I”);

IV.d. quanto aos servidores não abrangidos pelo Iprev/DF, nos termos do Despacho nº 846/2021/SPREV/SEPRT-ME, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, cabe ao regime de origem certificar a natureza do período de tempo especial, devendo a correspondente conversão ser efetivada pelo regime instituidor, quando cabível;”.

29. Em harmonia com entendimento desta SEFIPE, expresso no Processo TCDF nº 1196/2021 (transcrição no parágrafo anterior), entendemos que o interessado faz jus à contagem ponderada do tempo trabalhado em condições especiais no regime estatutário. E, como já mencionado, o acréscimo decorrente dessa ponderação já se encontra demonstrado em certidão emitida pelo IPREV/DF. Desta forma, ele faz jus à manutenção da aposentadoria em sua concessão original.

30. Por outro lado, o ato de aposentadoria em análise chegou ao TCDF em 03/05/2016, por tanto, há mais de cinco anos. A este respeito no Processo nº 146/2020, foram levados a efeito estudos especiais para avaliar as repercussões, no âmbito deste Tribunal de Contas, do julgado procedido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 636.553, que trata do Tema de Repercussão Geral nº 445. Naqueles autos, por meio da Decisão nº 3770/2021, o egrégio Plenário pronunciou-se do seguinte modo:

Decisão nº 3770/2021

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu aos ajustes apresentados pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: (...); II – conhecer os estudos especiais em análise para, diante do julgamento, pelo STF, do RE 636.553/RS, deliberar que: a) o prazo para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, por parte do Tribunal de Contas, é decadencial de 05 (cinco) anos, ininterrupto, “tout court”, que, uma vez atingido, faz com que o ato seja considerado tacitamente apreciado, isto é, tacitamente registrado, com base na segurança jurídica e na proteção da confiança; b) o prazo mencionado no item anterior não se confunde com o prazo decadencial de 05 (cinco) anos a contar do registro do ato, tácito ou expresso, pelo Tribunal de Contas, para que se proceda à sua revisão com base no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999; c) considera-se como marco inicial do prazo decadencial quinquenal definido pelo STF no Tema nº 445 de Repercussão Geral, o ingresso do ato no TCDF para análise, seja por meio eletrônico ou físico, uma vez que é nesse momento que a Corte toma conhecimento do ato sujeito a registro e possui condições de analisá-lo; d) o registro tácito se dá no dia seguinte ao do fim do prazo para análise pelo Tribunal de Contas, termo inicial

do prazo decadencial para revisão (artigo 54 da Lei n.º 9.784/1999), e não da decisão que reconheça o registro tácito, meramente declaratória; e) a análise posterior dos aspectos financeiros dos atos concessórios por força da Decisão nº 77/2007 não suspende ou interrompe os prazos quinquenais decadenciais quanto a esses aspectos, que devem ser analisados nos mesmos prazos dos atos sujeitos a registro;

31. Em conformidade com as alíneas “a”, “b”, “c”, e “d” do item II da Decisão nº 3770/2021, suso transcritos, o ato em análise estaria tacitamente registrado a contar de 03/05/2021, pois de acordo com o registrado no SIRAC-Concessões, o Ato nº 004718-2, relativo à aposentadoria do servidor Moizes Alexandre de Freitas, Matrícula 1220160, no cargo de Médico da SES/DF, ingressou no TCDF em 03/05/2021.

32. Em sendo assim, a jurisdicionada cumpriu as determinações constantes na Decisão nº 4308/2020 e o ato encontra-se tacitamente registrado, com a ressalva de que a regularidade das parcelas do abono provisório poderá ser verificada na formado item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007.

C - Sugestões

33. Em razão do exposto, sugere-se ao Tribunal que:

- 1) tome conhecimento do Ofício Nº 7408/2021 - SES/GAB (e-doc 28557A53-c, peça 30);
- 2) tome conhecimento da Defesa apresentada pelo servidor Moizes Alexandre de Freitas, em atenção ao determinado na Decisão nº 4308/2020, vista no e-doc 270DB4BF-e (peça nº 15 do Processo nº 5290/2020), para, no mérito considerá-la subsistente;
- 3) considere cumpridas as determinações constantes da Decisão nº 4308/2020;
- 4) considere *tacitamente registrada* a concessão em exame, a contar de 03/05/2021, nos termos da Decisão nº 3770/202, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório poderá ser verificada na formado item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/07;
- 5) determine à jurisdicionada que, posteriormente, torne sem efeito o ato de retificação publicado no DODF de 30/09/2014, por meio do qual se alterou a data da vigência da aposentadoria para 17/04/2012, o que será objeto de verificação em futura auditoria;
- 6) autorize o arquivamento do feito.

À consideração superior.

Brasília, 07 de Dezembro de 2021

RAIMUNDO JOSÉ VENTURA - Mat. nº 5703

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 15:07:58 - 28/01/2022